

Rede hospitalar vive estado de pré-coma

Com equipamentos e prédios abandonados, hospitais do Estado sofrem pior crise da história

ROLDÃO ARRUDA

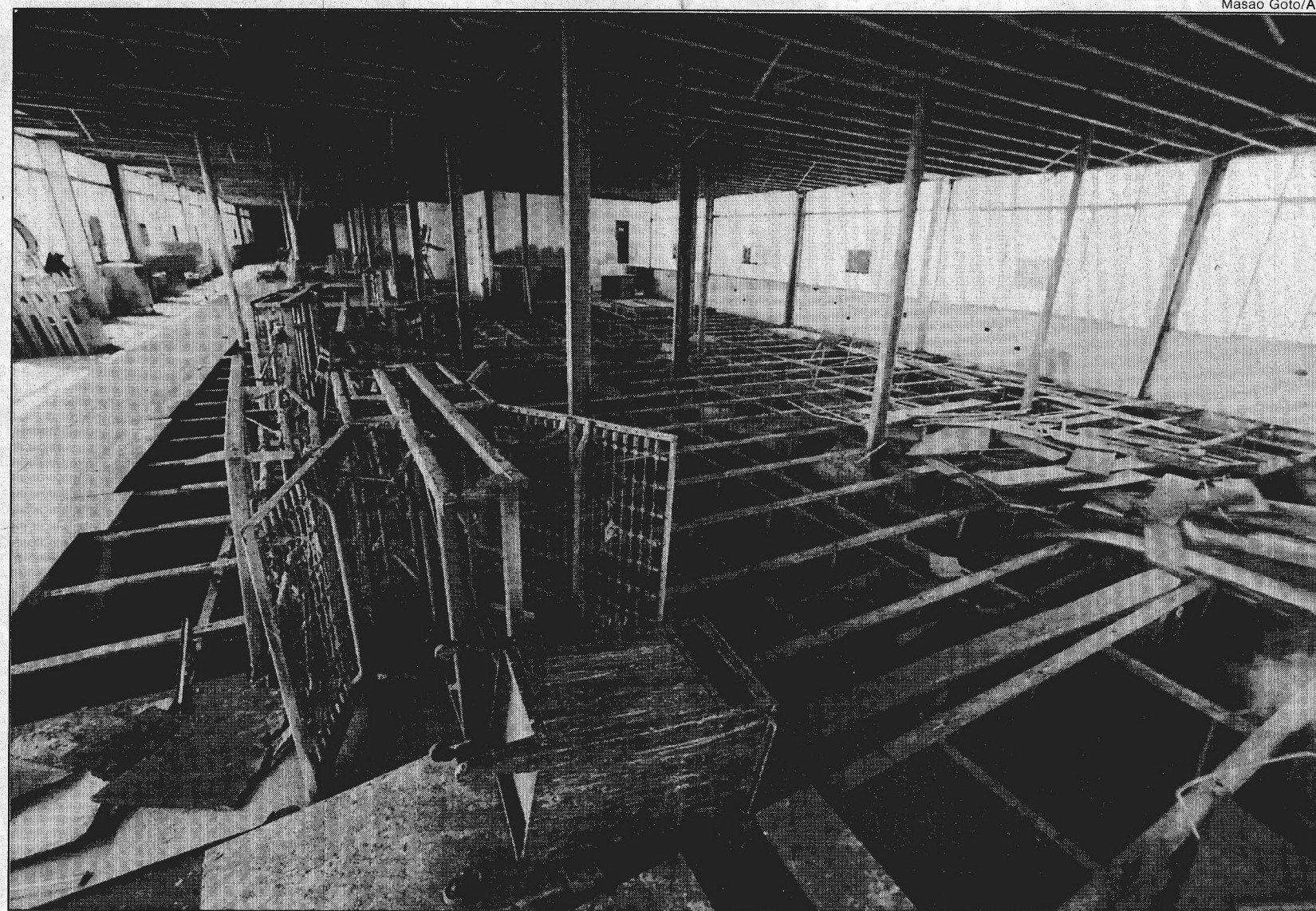
Nos fundos do Hospital do Mandaqui, o principal hospital público da Zona Norte de São Paulo, situado na Rua Voluntários da Pátria, há uma antiga e ampla construção, dividida em três pavilhões e rodeada de frondosas árvores. Tem capacidade para 200 leitos. No passado, ali eram abrigados os doentes de tuberculose, mas, desde que se deixou de tratá-los em isolamento, aquela área deveria ter sido reformada e reintegrada ao hospital, que serve a uma região de 3 milhões de habitantes. Essa foi uma das tarefas recebidas por Luiz Antônio Fleury Filho, quando assumiu o governo do Estado, em março de 1991. Mas ele ignorou-a, decidindo-se pela ampliação de outra ala do hospital. Sua primeira providência foi colocar duas placas monumentais na entrada, anunciando a obra.

O resultado final foi péssimo. O antigo pavilhão está abandonado e depredado, a ampliação nunca foi terminada e hoje o hospital atende menos gente. O Mandaqui está funcionando com apenas 60% de sua capacidade, segundo informações dos diretores, nomeados pelo próprio ex-governador. Pelas suas contas, dos 720 leitos que dispunham, 200 foram inutilizados pelo abandono da antiga ala e outros 90 pelas novas obras. De acordo com informações dos funcionários, porém, a situação é mais dramática. Dizem que o hospital só opera com 40% da capacidade, porque dos 420 leitos que sobraram 120 não podem ser ocupados por falta de pessoal de enfermagem.

O Mandaqui está em crise profunda. Quase coma. Mas isso não é o pior: ele entra nessa história apenas como caso exemplar de uma crise muito mais ampla, que, após quatro anos do governo Fleury parece ter contaminado todo o sistema estadual de saúde. Antes de ele deixar o Palácio dos Bandeirantes já se sabia, pelas denúncias de funcionários e médicos, que a situação era ruim. Mas só agora, com a mudança de governo e a chegada de novos diretores aos hospitais, é que o quadro começa a adquirir contornos mais definidos.

"Embora tivesse noção da deterioração que ocorria, eu levei um susto quando cheguei aqui", diz o recém-empossado diretor-superintendente do Hospital do Servidor Público Estadual, o médico sanitário Nelson Ibañez. "A situação é de calamidade". Outro que se espantou foi o novo diretor clínico do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, o médico Vasco de Lima. "A qualidade do serviço degringolou", afirma. "Por enquanto vamos ter que apagar incêndios."

O tipo de incêndio a que se refere o infectologista tem muitas variações. No Hospital do Servidor há urgência de se fazer um acordo com a empresa contratada para a limpeza. Por causa dos atrasos de pagamento das contas pelo governo do Estado, a empresa não quitou os salários de seus empregados e agora eles amea-



Reforma paralisada em 1993, no Hospital do Servidor Público, relegou ao abandono uma área com capacidade para 500 leitos

çam contra-atacar com uma operação tartaruga. Seria algo inimaginável num ambiente onde a limpeza é literalmente vital. Outro incêndio no mesmo hospital é o almoxarifado vazio. Às vezes torna-se necessário correr aos hospitais vizinhos, na Vila Mariana, Zona Sul, e pedir empréstimo de remédios e seringas descartáveis.

No Emílio Ribas, as crianças internadas correm o risco de ficar sem mamadeira, porque a empresa que fornece refeições não vê a cor do dinheiro há sete meses. O piso da área de terapia intensiva daquele mesmo hospital soltou-se e as baratas estão fazendo ninho sob as placas de plástico. Curiosamente, aquela área do hospital foi reformada há pouco mais de um ano por uma empresa contratada por Fleury.

No Mandaqui, pessoas que procuram médicos para consultas recebem senhas para voltar até três meses depois. No Hospital das Clínicas, o maior da América do Sul, faltam leitos até para os difíceis transplantes de rins. No Brigadeiro, na Zona Sul, uma ala destinada a doentes de Aids, com dez leitos, teve que ser fechada. Apresentava problemas nas redes hidráulica e elétrica e, por fim, o teto desabou. "Em plena epidemia de Aids, isso é inconcebível", observa Célia Costa, funcionária do hospital e diretora dos sindicatos dos funcionários públicos na área de saúde, o Sindsaúde.

Segundo o médico José Augusto Barreto, presidente da Associação dos Médicos do Emílio Ribas, houve um sucateamento do sistema. "Se existiu alguma política nessa área, foi a do abandono total", afirma.



Entre as marcas do abandono da rede estão o dispendioso quarto de tratamento intensivo, que virou depósito de materiais, no Instituto Emílio Ribas (acima), e a longa fila de espera no laboratório de exames de sangue, no Hospital do Mandaqui (ao lado)



**ÀS VEZES, É
PRECISO PEDIR
REMÉDIO
EMPRESTADO**